

04/08/2011

PLENÁRIO

QUESTÃO DE ORDEM NA AÇÃO CÍVEL ORIGINÁRIA 578 MATO GROSSO

RELATORA	: MIN. ELLEN GRACIE
AUTORES	: DANTE GAZOLI CONSELVAN E OUTROS
ADV.	: ALEXEY GASTÃO CONSELVAN
ADV.(A/S)	: SÉRGIO ANTÔNIO MEDA
REU	: ESTADO DE MATO GROSSO
ADV.	: PGE-MT - WHADY LACERDA
RÉ	: UNIÃO FEDERAL
ADV.	: ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO
RÉ	: FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI
ADV.	: CEZAR AUGUSTO L. DO NASCIMENTO

PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO. DESAPROPRIAÇÃO INDIRETA. DENUNCIAÇÃO DA LIDE. ART. 70, INC. I, DO CPC. CONFLITO FEDERATIVO. INCOMPETÊNCIA.

1. Ação Ordinária de Indenização por Desapropriação Indireta proposta por particulares contra a União e a FUNAI perante a Justiça Federal de 1ª. instância.

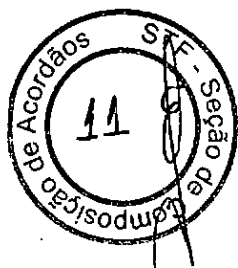
2. Ingresso do Estado do Mato Grosso como litisdenunciado dos Autores. Denúnciação "*per saltum*". Inovação. Art. 456, *caput*, do Código Civil.

3. O denunciado não mantém relação processual com o adversário do denunciante, não integrando a relação processual principal. Art. 102, inc. I, "*f*", da Constituição Federal. Conflito federativo não configurado.

4. Questão de ordem decidida no sentido de se reconhecer a incompetência do Supremo Tribunal Federal e determinar a remessa dos autos a Justiça Federal da Seção Judiciária do Mato Grosso.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Ministros do Supremo Tribunal Federal, em Sessão Plenária, sob a



ACO 578 QO / MT

Presidência do Senhor Ministro Cezar Peluso, na conformidade da ata de julgamento e das notas taquigráficas, por unanimidade de votos, em resolver a questão de ordem no sentido de declarar a incompetência da Corte e determinar a remessa dos autos à Justiça Federal de Mato Grosso, nos termos do voto da relatora.

Brasília, 4 de agosto de 2011.

Ministra Ellen Gracie
Relatora

04/08/2011**PLENÁRIO****QUESTÃO DE ORDEM NA AÇÃO CÍVEL ORIGINÁRIA 578 MATO GROSSO**

RELATORA	: MIN. ELLEN GRACIE
AUTORES	: DANTE GAZOLI CONSELVAN E OUTROS
ADV.	: ALEXEY GASTÃO CONSELVAN
ADV.(A/S)	: SÉRGIO ANTÔNIO MEDA
REU	: ESTADO DE MATO GROSSO
ADV.	: PGE-MT - WHADY LACERDA
RÉ	: UNIÃO FEDERAL
ADV.	: ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO
RÉ	: FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI
ADV.	: CEZAR AUGUSTO L. DO NASCIMENTO

RELATÓRIO

A Senhora Ministra Ellen Gracie: 1. Dante Gazoli Conservan e outros propõem, perante a Seção Judiciária Federal em Cuiabá/MT, ação ordinária de indenização por desapropriação indireta contra a União e a Fundação Nacional do Índio – FUNAI, bem como a denúncia da lide ao Estado do Mato Grosso, na forma do art. 70, inc. I, do CPC (fls. 01/08).

Os autores, em apertada síntese, sustentam que adquiriram lotes rurais cujos títulos dominiais foram constituídos pelo Estado do Mato Grosso (fls. 12, 20, 24 e 25), vindo a ser posteriormente surpreendidos com a publicação da Portaria n.º 569, de 25.11.2002, do Ministério do Estado da Justiça (fl. 11), que declarou de posse permanente indígena, para efeito de demarcação, da Área Indígena Arara do Rio Branco, com superfície aproximada de 122.000 ha (cento e vinte e dois mil hectares), atingindo parte da superfície de seus lotes (fls. 03/04).

Formulam, para tanto, os seguintes pedidos:

"(...)

ACO 578 QO / MT

(...) condenar as rés no pagamento de uma indenização, por apossamento indevido, correspondente ao valor das terras de que são senhores e possuidores os autores, na proporção da área titulada a cada um deles e no percentual acima mencionado pertinente à ocupação feita pelos réus, benfeitorias, acessões, bem como no valor das matas, culturas permanentes e (...).

(...) se anule o ato administrativo atacado, pronunciando a nulidade de todo procedimento de demarcação, (...).

(...), a citação do Estado de Mato Grosso, (...), para responder e acompanhar esta ação até o final, devendo suportar os efeitos de eventual improcedência de qualquer dos pedidos formulados, ficando condenado a indenizar os autores, nos termos já requeridos, regressivamente.

(...)”. (Grifei)

2. O Estado do Mato Grosso, em sua contestação (fls. 44/51), dentre outros argumentos, sustenta a impossibilidade de denunciação da lide diante da inexistência de vínculo obrigacional entre os autores denunciantes e o ente federado (fls. 46/47). A União e a FUNAI (fls. 56/73), nesse aspecto, defendem a carência da ação, por formularem os autores pretensão de “(...) indenização pela perda de terras ocupadas permanentemente por índios, hipótese divorciada de qualquer amparo legal” (fls. 58/60)

3. Ainda perante a Seção Judiciária Federal em Cuiabá/MT, as partes pleitearam a produção de prova pericial Histórico-Antropológica (fls. 131, 133/134 e 138) e o Ministério Público Federal naquele Estado manifestou-se pela remessa dos autos ao Supremo Tribunal Federal para que se defina a competência para processar e julgar o feito (fls. 153/155).

O ilustre magistrado declinou de sua competência ao entendimento de que a inclusão do Estado do Mato Grosso no pólo ativo da demanda revela caso de conflito federativo, atraindo a regra de competência do art. 102, inc. I, alínea “f”, da Constituição Federal (fl. 160).

ACO 578 QO / MT

4. Em parecer consignado pela Subprocuradora-Geral da República, Dra. Maria Caetana Cintra Santos, aprovado pelo então Procurador-Geral da República, Dr. Geraldo Brindeiro, o Ministério Público Federal opina pela competência da Justiça Federal de primeira instância (fls. 165/169), vindo os autos conclusos.

É o relatório.

04/08/2011

PLENÁRIO

QUESTÃO DE ORDEM NA AÇÃO CÍVEL ORIGINÁRIA 578 MATO GROSSO

VOTO

A Senhora Ministra Ellen Gracie - (Relatora): 1. O presente expediente veio a este Tribunal, onde recebeu a denominação de Ação Cível Originária, em razão da decisão proferida pelo ilustre magistrado federal que declinou de sua competência por considerar que o Estado do Mato Grosso, ao figurar no pólo processual da demanda como litisdenunciado pelo autor, revelaria a hipótese de conflito federativo, na forma da alínea "f", do inc. I, do art. 102, da Constituição Federal.

No caso dos autos, os autores propõem ação ordinária de indenização por desapropriação indireta contra a União e a FUNAI. Sustentam ter adquirido títulos dominiais originariamente expedidos pelo Estado de Mato Grosso (fl. 03). Buscam, por essa razão, a condenação subsidiária do Estado do Mato Grosso.

Formulam, para tanto, os seguintes pedidos:

"(...)

(...) condenar as rés no pagamento de uma indenização, por apossamento indevido, correspondente ao valor das terras de que são senhores e possuidores os autores, na proporção da área titulada a cada um deles e no percentual acima mencionado pertinente à ocupação feita pelos réus, benfeitorias, acessões, bem como no valor das matas, culturas permanentes e (...).

(...) se anule o ato administrativo atacado, pronunciando a nulidade de todo procedimento de demarcação, (...).

(...), a citação do Estado de Mato Grosso, (...), para responder e acompanhar esta ação até o final, devendo suportar os efeitos de eventual improcedência de qualquer dos pedidos formulados, ficando condenado a indenizar os autores, nos termos já requeridos, regressivamente.

(...)". (Grifei)

ACO 578 QO / MT

2. O Estado do Mato Grosso, em sua contestação (fls. 44/51), dentre outros argumentos, sustenta a impossibilidade de denunciação da lide diante da inexistência de vínculo obrigacional entre os autores denunciantes e o ente federado (fls. 46/47), posto que os imóveis dos autores, à época, foram adquiridos de particulares, conforme matrículas de fls. 12, 16, 20, 24 e 25. A União e a FUNAI (fls. 56/73), em síntese, defendem a carência da ação, por formularem os autores pretensão de *"(...) indenização pela perda de terras ocupadas permanentemente por índios, hipótese divorciada de qualquer amparo legal"* (fls. 58/60).

3. Em situações semelhantes a dos autos, a jurisprudência desta Corte tem entendido que em se tratando *"(...), como se trata, de ação de ação de indenização por desapropriação indireta, em que os autores são proprietários da gleba que alegam desapropriada indiretamente, não ocorre qualquer das três hipóteses previstas no art. 70 do Código de Processo Civil"* (ACO 377-QO/MT e AO 410-QO/PA rel. Min. Moreira Alves, Pleno, unânime, DJ 06.12.1991 e 30.04.1990, respectivamente; ACO 440-QO/MT, ACO 310-QO/MT, ACO 296-QO/MT, ACO 280-QO/MT, rel. Min. Maurício Corrêa, Pleno, unânime, DJ 24.11.1995 e ACO 302-QO/MT, rel. Min. Paulo Brossad, Pleno, unânime, DJ 19.12.1994).

Dentre esses precedentes, destaco excerto do voto proferido pelo eminente relator da ACO 377-QO/MT, Ministro Moreira Alves, ao julgar caso similar ao dos presentes autos, *verbis*:

"(...)

Para que surja o cabimento da denunciação à lide, em casos como o presente, será necessário que a União, por ação própria, ainda que no mesmo processo, reivindique o imóvel que se pretende desapropriado indiretamente, ou peça declaração que implique, para o autor, perda do domínio sobre ele, dando margem, assim, a direito de evicção se outros autores, da ação de indenização vierem a sucumbir.

E, mesmo na eventual ocorrência dessa hipótese, a denunciação

ACO 578 QO / MT

à lide não se faz *per saltum*, o que implica dizer que só será ela denunciada ao Estado de Mato Grosso, se os primeiros litisdenunciados (que são também particulares) a requererem com relação a ele.

3. A ação ora proposta, portanto, se limita, neste momento, a uma ação ordinária de indenização por desapropriação indireta entre particulares, de um lado, e, de outro, a União e a FUNAI, hipótese que não se enquadra na letra “d”, do inciso I, do art. 119 da Constituição Federal, sendo, pois, esta Corte incompetente para processá-la e julgá-la.

(...)” (ACO 377-QO/MT, rel. Min. Moreira Alves, Pleno, unânime, DJ 30.04.1990).

4. Essa orientação dominante no Supremo Tribunal Federal visava evitar a denunciação à lide “*per saltum*”, haja vista o disposto no art. 1.116 do Código Civil de 1916, *verbis*:

“Art. 1.116. Para poder exercer o direito, que da evicção lhe resulta, o adquirente notificará do litígio o alienante, quando e como lho determinarem as leis do processo.”

O Código Civil em vigor, no entanto, trouxe expressiva inovação ao permitir, nos termos do art. 456, a denominada denunciação da lide “*por saltos*”:

“Art. 456. Para poder exercer o direito que da evicção lhe resulta, o adquirente notificará do litígio o alienante imediato, ou qualquer dos anteriores, quando e como lhe determinarem as leis do processo.

Parágrafo único: Não atendendo o alienante à denunciação da lide, e sendo manifesta a procedência da evicção, pode o adquirente deixar de oferecer contestação, ou usar de recursos.” (Grifei)

5. A faculdade que a nova redação desse dispositivo civil

ACO 578 QO / MT

confere ao denunciante, ao projetar numa regra substancial um direito processual, garante a vantagem de obter, num só tempo, o título executivo contra o obrigado regressivamente. Razão disso é que a sentença a ser prolatada atingirá duas relações materiais distintas, uma principal e outra secundária, dependente.

Logo, em vista da regra do art. 76 do CPC, o denunciado, seja pelo autor, seja pelo réu, não mantém relação processual com o adversário do denunciante, já que não integra a relação processual principal. Ao figurar como parte num dos pólos de relação processual distinta, secundária, o denunciado é adversário do denunciante, muito embora seja de seu interesse que este saia vencedor da causa principal. Cândido Rangel Dinamarco (Intervenção de Terceiros. Malheiros, 4ª. Ed. 2006, p. 151) destaca, nesse aspecto, que:

"(...)

O denunciado é réu em relação à demanda que o denunciante lhe move com o objetivo de obter sua condenação a ressarcir. É adversário daquele mesmo sujeito que lhe compete defender, assim como assistente, no tocante à demanda com o adversário principal. Justamente porque a demanda que lhe move o denunciante terá um destino que em parte dependerá do julgamento desta, é do seu interesse que, na causa prejudicial, o denunciante se saia vencedor – mas isso não exclui que, na ação de regresso seja ele o adversário do denunciante, cabendo-lhe todas as defesas legalmente permitidas e eticamente legítimas destinadas a obter a improcedência dessa demanda ou a pronúncia da inadmissibilidade de seu julgamento pelo mérito."

6. No caso dos autos, em que os Autores formulam pedido alternativo de condenação do Estado do Mato Grosso, na eventual hipótese de improcedência de sua pretensão indenizatória contra a União e a FUNAI (fl. 08), evidencia-se a presença de uma demanda secundária, sem dúvida dependente daquela inicialmente formulada, mas que coloca a unidade da federação no pólo passivo de relação litigiosa específica. Isto

ACO 578 QO / MT

porque, conforme bem observado na manifestação da douta Procuradoria-Geral da República, “(...) a real intenção dos autores, ao promover a denúncia da lide ao ente público, é responsabilizá-lo pela regularidade da operação de alienação das terras em litígio. Com efeito, o seu direito de propriedade sobre os imóveis apossados pela FUNAI, adveio de títulos dominiais expedidos pelo Estado do Mato Grosso. Logo, outra não pode ser a conclusão lógica, senão aquela adotada pelo ilustre magistrado que atuou no feito em primeiro lugar” (fl. 167), ao admitir o Estado do Mato Grosso ao processo na condição de litisdenunciado (art. 70, inc. I, do CPC).

7. Dessa forma, verifico que a relação jurídico-processual que se estabelece entre os Autores, particulares, e a União, não acarreta, necessariamente, ao reconhecimento de hipótese de conflito federativo, decorrente de seu interesse processual em formar uma outra relação processual, secundária, agora contra o Estado do Mato Grosso.

Esta Suprema Corte tem posição firmada em torno de sua competência originária para processar e julgar as causas e os conflitos entre a União e os Estados, tal qual previsto na alínea *f* do inciso I do art. 102 da Constituição, quando posicionados em pólos processuais opostos, para resguardar o equilíbrio federativo (ACO 236/SP, rel. Min. Xavier de Albuquerque, DJ 20.05.77) e zelar pela harmonia política entre as pessoas estatais que integram a Federação brasileira (ACO 359, rel. Min. Celso de Mello, DJ 11.03.04).

8. Não sendo esta a hipótese dos autos, resolvo a presente questão de ordem, para declarar a **incompetência** desta Suprema Corte para apreciar e julgar a presente ação ordinária de indenização por desapropriação indireta, e determino o retorno dos autos a Justiça Federal da Seção Judiciária do Mato Grosso.

PLENÁRIO**EXTRATO DE ATA****QUESTÃO DE ORDEM NA AÇÃO CÍVEL ORIGINÁRIA 578**

PROCED. : MATO GROSSO

RELATORA : MIN. ELLEN GRACIE

AUTORES : DANTE GAZOLI CONSELVAN E OUTROS

ADV. : ALEXEY GASTÃO CONSELVAN

ADV.(A/S) : SÉRGIO ANTÔNIO MEDA

REU : ESTADO DE MATO GROSSO

ADV. : PGE-MT - WHADY LACERDA

RÉ : UNIÃO FEDERAL

ADV. : ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO

RÉ : FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI

ADV. : CEZAR AUGUSTO L. DO NASCIMENTO

Decisão: O Tribunal, por unanimidade e nos termos do voto da Relatora, resolveu a questão de ordem no sentido de declarar a incompetência da Corte e determinar a remessa dos autos à Justiça Federal de Mato Grosso. Votou o Presidente, Ministro Cezar Peluso. Ausentes, neste julgamento, o Senhor Ministro Celso de Mello e, licenciado, o Senhor Ministro Joaquim Barbosa. Plenário, 04.08.2011.

Presidência do Senhor Ministro Cezar Peluso. Presentes à sessão os Senhores Ministros Celso de Mello, Marco Aurélio, Ellen Gracie, Gilmar Mendes, Ayres Britto, Ricardo Lewandowski, Cármen Lúcia, Dias Toffoli e Luiz Fux.

Sub-Procuradora-Geral da República, Dra. Sandra Cureau.

p/ Luiz Tomimatsu
Secretário